



VOL. 1 · NO. 1 · jan./abr. 2024

# BOLETIM INFORMATIVO DO OCA

**Supervisão Geral:** Prof. Dra. Mayane Bento

**Coordenação:** Prof. Dr. Murilo Mesquita

**Revisão:** Msc. Thainá Penha

É com grande satisfação que apresentamos a primeira edição do Boletim Informativo do Observatório da COP na Amazônia (OCA). Este boletim tem como objetivo aproximar o público das discussões sobre governança ambiental global, a participação de atores locais nas COPs e os desafios enfrentados pela política ambiental no Brasil.

Nesta edição, exploramos a trajetória das Conferências das Partes (COPs), a importância da atuação dos movimentos sociais e governos locais, a relação entre Relações Internacionais e meio ambiente, e analisamos o impacto das políticas de austeridade sobre a proteção ambiental no Brasil. Boa leitura.

**01** O QUE É E COMO  
SURGIU A  
CONFERÊNCIA DAS  
PARTES?

**02** GLOCAL: A ATUAÇÃO DA  
COALIZAÇÃO COP DAS  
BAIXADAS E DA  
PREFEITURA DE BELÉM NA  
AGENDA DO CLIMA

**03** COP 30 E A VOZ DA  
SOCIEDADE: POR QUE  
SUA PARTICIPAÇÃO  
IMPORTA?

**04** AUSTERIDADE E O  
DESMONTE DA  
POLÍTICA AMBIENTAL  
BRASILEIRA

01

## O QUE É E COMO SURGIU A CONFERÊNCIA DAS PARTES?

Amanda Kézia Oliveira Monteiro  
 Eliana Inara São Pedro Pinto  
 Lívia Graziela Castro Lobato  
 Naiuara Ritter Simões  
 Rafaela Freitas Novaes  
 Sara Saori Correa Muto

O conceito de governança ambiental global<sup>1</sup> está associado a uma série de princípios, normas e regras cuja construção e participação se dá no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa instituição reúne diversos atores e agências, tanto públicos quanto privados, em negociações a fim de elaborar o direcionamento da política climática em nível global. Hoje, a construção dessa governança se dá, fundamentalmente, nas reuniões da Conferência das Partes (COPs), que ocorrem anualmente e debatem temáticas fundamentais, como a transição energética e a mitigação das mudanças climáticas.

Com o cenário atual, é essencial entender por que essas Conferências são tão importantes, olhando para o histórico do debate ambiental que levou à sua criação. Esse debate foi iniciado com o Clube de Roma (1968), grupo

formado para fomentar discussões sobre a preservação dos recursos naturais (Camargo, 2002)<sup>2</sup>. Em 1972, o grupo fez a publicação de seu primeiro relatório intitulado 'Os Limites do Crescimento'. Porém, duras críticas foram feitas após o seu lançamento, classificando-o como um impedimento ao desenvolvimento de países até então subdesenvolvidos.

Esse debate abriu caminho para a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que aconteceu em 1972, em Estocolmo, onde foi reconhecida a importância dos instrumentos de gestão ambiental para solucionar os problemas apresentados (Mota, et al., 2008)<sup>3</sup>. Essa Conferência foi considerada um marco histórico para o debate ambiental e levou à criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que monitora as condições ambientais em todo o mundo (UNEP, 2022).

Uma década mais tarde, em 1983, a ONU criou a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), que foi presidida por Gro Harlem Brundtland, ex-primeira-ministra da Noruega. O objetivo da comissão era encontrar maneiras de harmonizar o desenvolvimento eco-

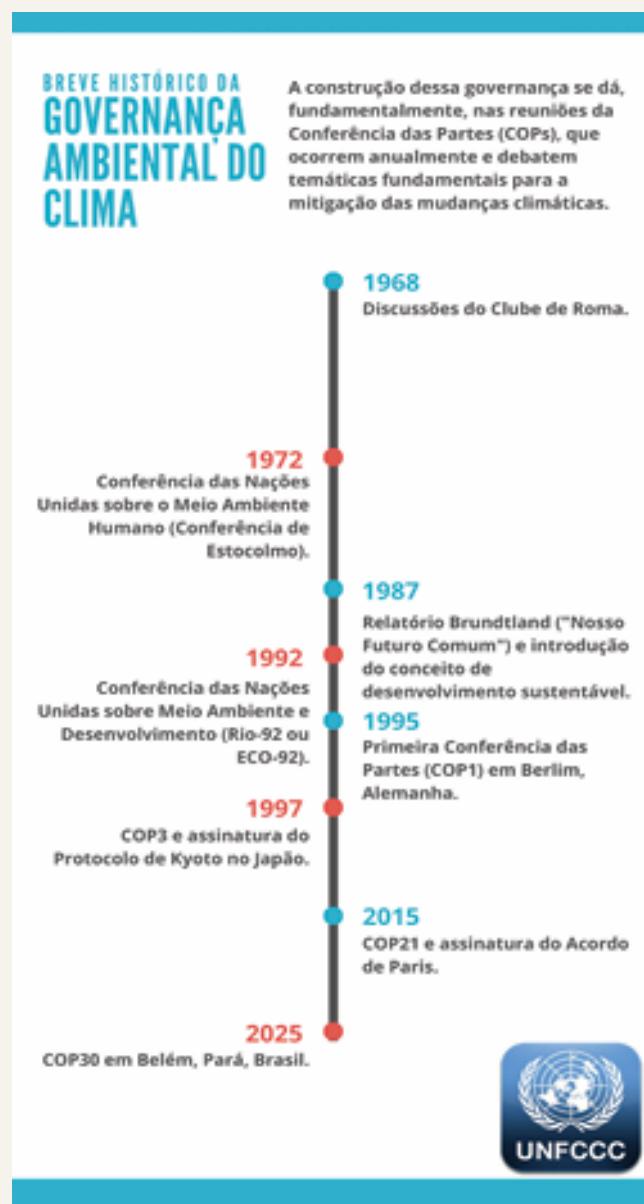
02

onômico com a preservação ambiental. Em 1987, a comissão lançou o documento 'Nosso Futuro Comum', também conhecido como 'Relatório Brundtland', que introduziu formalmente o conceito de desenvolvimento sustentável na agenda global e destacou a importância de equilibrar a proteção ambiental com o desenvolvimento econômico (Gurski; Gonzaga; Tendolini, 2012).

Esse documento culminou na realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), em junho de 1992, no Rio de Janeiro, também conhecida como Rio-92 ou ECO-92, onde a expressão 'desenvolvimento sustentável' foi amplamente popularizada. A conferência estabeleceu importantes acordos políticos entre os países para o adaptar as recomendações do Relatório Brundtland e definir metas concretas para desenvolvimento sustentável, materializadas na Agenda 21.

A Rio-92 direcionou as negociações ambientais e de desenvolvimento sustentável nas décadas seguintes. Foi também nessa conferência que se criou a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC), que estabeleceu as bases para as

Conferências das Partes (COPs), sendo a primeira realizada em 1995, na Alemanha (Pereira, 2011).



No entanto, os compromissos assumidos durante a ECO-92 apresentaram um baixo grau de implementação. Por conta disso, a ONU convocou uma Sessão Especial da Assembleia Geral, conhecida como Rio+5, em 1997,

para reavaliar o progresso da Agenda 21. Esse encontro foi fundamental para criar um ambiente político que possibilitasse a aprovação do Protocolo de Kyoto durante a COP 3, realizada no Japão, em 1997. O Protocolo estabelecia metas vinculantes para a redução das emissões de gases de efeito estufa (Pereira, 2011).

Apesar da importância do Protocolo, muitos países, incluindo os Estados Unidos, não aderiram ao acordo, limitando seu alcance. Posteriormente, em 2015, durante a COP 21, foi assinado o Acordo de Paris, cujo objetivo é fortalecer as metas globais de redução das emissões a partir de 2020, visando limitar o aumento da temperatura global (Scovazzi, 2021).

Dada essa contextualização histórica, observa-se que as COP's são uma arena de negociações para debater metas e ações acerca dos problemas ambientais internacionais. Por isso, seus principais objetivos são mobilizar os governos nacionais e organizações sociais para tomarem decisões para o combate a degradação ambiental e mudança climática, estabelecer normas internacionais para as políticas de cada Estado presente e relatar a ONU sobre o

andamento de cada medida realizada (Braz; Lucon; Longo, 2020).

Ciente disso, em 2025 será realizada a 30º COP, pela primeira vez em uma capital amazônica, Belém do Pará. Embora Belém seja a sede da COP 30, a capital paraense, assim como outras cidades-sede, enfrenta desafios evidentes em suas políticas ambientais, como a falta de saneamento adequado, o desmatamento e a dificuldade em implementar medidas sustentáveis de forma efetiva (Cortese; Queiroz; Sotto, 2024).

Apesar dos problemas, as falas públicas de representantes do poder executivo municipal e estadual apresentam a COP 30 como uma janela de oportunidade para o desenvolvimento local e regional ao ter como principais temas a redução de emissões de gases efeito estufa, a adaptação das cidades para as mudanças climáticas e a transição energética (Sampaio, 2024)10. Dessa forma, feitos recentes como a realização do Fórum das Cidades Amazônicas, assim como a venda dos primeiros créditos de carbono pelo Estado do Pará, precedem, provavelmente, muito do que se desenvolverá no debate entre os Estados, empresas e organizações durante a COP 30.

## REFERÊNCIAS

PLATIAU, Ana. **O Brasil na Governança Ambiental das grandes questões ambientais contemporâneas.** IPEA, 2011.

Disponível em: Acesso em: 23 set. 2024

CAMARGO, Ana. **As Dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável: Concepções, entraves e implicações à sociedade humana.** Dissertação em Engenharia de Produção. UFSC, Florianópolis, 2002. Disponível em: Acesso em: 23 set. 2024.

MOTA, Jose. et al. **Trajetória da Governança Ambiental.** IPEA, 2008. Disponível em: Acesso em: 24 set. 2024.

UNEP. **Sobre o PNUMA.** UNEP, 2022. Disponível em: Acesso em 24 set. 2024.

GURSKI, Bruno; GONZAGA, Roberto; TENDOLINI, Patricia. **Conferência de Estocolmo: um marco na questão ambiental.** Centro Universitário de Curitiba, Curitiba, 2012. Disponível em: Acesso em: 23 set. 2024.

PEREIRA, Jose. **Radar RIO+20: Por dentro da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.** FGV, 2011. Disponível em: Acesso em: 24 set. 2024.

SCOVAZZI, Tullio. **Do Protocolo de Kyoto ao Acordo de Paris.** Revista da Faculdade de Direito, n° 78, 2021. Disponível em: Acesso em: 24 set. 2024.

BRAZ, Sofia; LUCON, Filipe; LONGO, Regina. **Conferências das Partes (COP's) no contexto do desenvolvimento sustentável: um panorama desses eventos ambientalistas.** In: Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas, 2020, Campinas. Disponível em: Acesso em: 23 set. 2024.

CORTESE, Tatiana; QUEIROZ, Waleska; SOTTO, Debora. **COP 30 em Belém: Desafios e oportunidades sob uma perspectiva dos movimentos sociais na cidade.** In: Congresso Brasileiro “Mudanças Climáticas e a Resiliência Urbana”, n° 10. 2024.V2. Disponível em: Acesso em: 25 set. 2024.

SAMPAIO, Amanda. **COP-30 deixará legado para Amazônia e para o Brasil, diz Helder Barbalho.** CNN Brasil, 2024. Disponível em: Acesso em: 25 set. 2024.

## GLOCAL: A ATUAÇÃO DA COALIZÃO COP DAS BAIXADAS E DA PREFEITURA DE BELÉM NA AGENDA DO CLIMA

Beatriz Moreira de Oliveira Kaynan Mackayat Costa Carvalho Letícia de Brito Alves Luiz Gabriel Figueiredo da Cunha Vitória Gabryelly de Sousa Almeida

O Observatório da COP na Amazônia (OCA) traz neste boletim o conceito de “Glocal” como forma de incentivar a participação efetiva da população local em Fóruns Internacionais. A abordagem glocal busca integrar as dimensões global e local, levando em conta as especificidades de cada área, em vez de ignorar as particularidades regionais em prol de interesses nacionais mais amplos e abstratos. Assim, o enfoque glocal ajuda a entender melhor as características de cada lugar, tornando as discussões internacionais mais representativas e conectadas com a realidade local (VENTURA; FARIAS, 2010)1. Nesta seção do Boletim Informativo do OCA, apresentaremos o caso da Coalizão de movimentos COP das Baixadas e da Prefeitura de Belém.

Primeiro, é importante esclarecer que a ideia de governança climática, que envolve a colabora-

ção entre diferentes níveis de governo e setores da sociedade, se tornou ainda mais importante no cenário atual, especialmente para lidar com os impactos crescentes das mudanças climáticas. Como as cidades são algumas das áreas mais afetadas por problemas como enchentes, ondas de calor e aumento do nível do mar, a resposta a esses desafios exige uma ação coordenada em várias escalas e essa cooperação entre diferentes atores – em níveis internacional, nacional e local – é chamada de governança multinível.

A governança multinível é essencial para enfrentar a vulnerabilidade climática nas áreas urbanas, especialmente em grandes centros, que enfrentam alguns dos maiores desafios nesse sentido. Para lidar com esses problemas de forma eficaz, é crucial que governos locais e a sociedade civil participem ativamente das Conferências das Partes (COPs) e de outros debates ambientais. As decisões tomadas nesses espaços têm um impacto direto na qualidade de vida das cidades, influenciando políticas que afetam desde o planejamento urbano até a resiliência às mudanças climáticas.

De acordo com o gerente das De acordo com o gerente das comunidades da Coalizão Cop das Baixadas, Matheus Botelho, a participação de atores locais em negociações internacionais é essencial, visto que as tomadas de decisão, como as decisões resultantes das COPs, causam impactos diretos nas comunidades locais, especialmente àquelas que vivem em áreas marginalizadas nas cidades. Para Botelho: “O clima está em tudo nas nossas vidas”!



De acordo com o gerente das De acordo com o gerente das comunidades da Coalizão Cop das Baixadas, Matheus Botelho, a participação de atores locais em negociações internacionais é essencial, visto que as tomadas de decisão, como as decisões resultantes das COPs, causam im-

pactos diretos nas comunidades locais, especialmente àquelas que vivem em áreas marginalizadas nas cidades. Para Botelho: “O clima está em tudo nas nossas vidas”!

Dessa forma, a COP das Baixadas tem se articulado com os governos locais da Amazônia brasileira, especialmente com o município de Belém, para expor e dialogar sobre as demandas específicas da população local. Através de conferências locais, que dão voz às experiências e conhecimentos muitas vezes silenciados, essas comunidades compartilham suas experiências e saberes diante da vulnerabilidade climática e ambiental. Esse processo busca inverter a dinâmica de poder, ao trazer o poder público e os líderes políticos para ouvir e atender às necessidades da população.

Como destacado por Botelho, a participação ativa da sociedade civil é essencial para trazer à tona as realidades locais nas discussões globais sobre o clima. Nesse sentido, é fundamental que essas vozes estejam presentes nas Conferências das Partes (COPs), onde as decisões globais são tomadas. Da mesma forma, desde a primeira COP, os governos locais, como os municípios, têm desempe-

nhado um papel crucial na conferência, pressionando por mudanças e assumindo suas responsabilidades na ação climática. Sua participação é vital, pois são eles que estão na linha de frente da implementação das políticas e na proteção das comunidades mais vulneráveis.

Para entender melhor como as cidades e governos locais estão se articulando nas negociações climáticas, é importante destacar os avanços mais recentes nesse campo. Durante as COPs 27 e 28, foram realizadas reuniões ministeriais focadas em urbanização e mudança climática. Essas reuniões serviram como um ponto de partida para duas iniciativas importantes: o Sustainable Urban Resilience for the Next Generation (SURGe) e a Coalition for High Ambition Multilevel Partners (CHAMP). O SURGe tem como objetivo fortalecer a cooperação entre diferentes níveis de governo para enfrentar as mudanças climáticas, melhorando sistemas já existentes e criando estruturas para monitorar o progresso das ações (UN Habitat, ICLEI, 2022). Por outro lado, a CHAMP envolve o compromisso dos países participantes em promover essa colaboração entre governos e ga-

rantir que as cidades tenham um papel importante nas metas climáticas globais, chamadas de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) (COP 28 PRESIDENCY, 2023).

Na Reunião Ministerial da COP 28, o Governo do Brasil e a Prefeitura de Belém assumiram um protagonismo considerável, uma vez que discursaram em sua cerimônia de encerramento o Sr. Jader Filho, Ministro das Cidades, e o Sr. Edmilson Rodrigues, Prefeito. Naquela oportunidade, o Ministro reforçou os compromissos do Governo Federal com a resiliência e adaptação de seus municípios, por meio de programas como o PAC, Minha Casa Minha Vida e Periferia Viva. Em seu turno, o Prefeito de Belém ressaltou a importância da reunião em fortalecer a governança multinível como importante mecanismo de resposta às mudanças climáticas, de forma justa e inclusiva. Ambos mencionaram suas ambições para a COP30 em Belém, no ano de 2025 (UN Habitat, 2024).



Ao se tratar das cidades amazônicas brasileiras, a Prefeitura de Belém tem assumido a vanguarda das discussões ambientais e do clima nos últimos anos. A cidade tem dado passos importantes rumo à conformidade climática no município, graças à articulação multinível com o Governo do Estado, Governo Federal, bancos multilaterais e redes de cidades.

A cidade de Belém já concluiu ou está em processo de desenvolver várias iniciativas para enfrentar os desafios climáticos. Entre elas estão o Relatório de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), o Plano de Ação Climática e o Fórum Municipal sobre Mudanças Climáticas. Também estão sendo feitas análises de riscos e vulnerabilidades relacionados ao clima. Todas essas ações têm o objetivo de garantir que Belém esteja alinhada com as metas de redução de emissões, adaptação e resiliência climática estabelecidas por organizações parceiras, como o Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI), o Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia, WRI Brasil, que é uma organização de pesquisa focada em sustentabilidade e desenvolvimento econômico, e C40, uma rede global que conecta as maiores cidades do mundo para combater as mudanças climáticas e compartilhar soluções sustentáveis (Agência Belém, 2023a, 2023b, 2024a, 2025b).

Em suma, destacamos que a participação ativa da sociedade civil e de governos locais nas COPs, como a COP30, é vital para garantir que as realidades locais sejam ouvidas e que as políticas globais sejam eficazes na mitigação dos impactos climáticos, especialmente nas regiões mais vulneráveis.

## REFERÊNCIAS

VENTURA, Andre; FARIAS Luana. **A Importância da voz dos atores locais nas discussões globais sobre o meio ambiente: uma reflexão à luz da proposta de desenvolvimento com menos carbono e\ou economia de baixo carbono.** In: In Proceedings of the 3rd ENABRI 2011 3º Encontro Nacional ABRI 2001, São Paulo, 2011.

ECKERBERG, Katarina; JOAS, Marko. **Multi-level Environmental Governance: a concept under stress?** In: Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability, 405-412, London, 2011.

## 03

**COP30: POR QUE SUA  
PARTICIPAÇÃO  
IMPORTA?**

Eliana São Pedro Lívia Graziela Castro Lobato  
Naiuara Ritter Simões Rafaela Freitas Novaes Sara  
Saori Correa Muto

Diante do desafio das mudanças climáticas, qual a importância dos conceitos de Relações Internacionais para a Amazônia? RI se constitui como uma ciência social jovem, tendo seu início no período entreguerras (1919-1939). No que tange a Universidade do Estado do Pará, se instalou quase 100 anos depois, apenas em 20171. O aspecto de uma ciência tardia também denota que algumas pautas demoraram a fazer parte da agenda de RI, como é o caso das questões ambientais. Foi a partir da segunda metade do século XX, com o aumento das interações políticas e econômicas internacionais, que o meio ambiente passou a ser entendido como uma questão internacional e geopolítica.

A partir dessas transformações, da crescente interdependência econômica e da globalização, as relações de poder entre os países foram reconfiguradas, o que levou ao surgimento do conceito de “Sociedade Internacional”, o qual

permite entender o cenário internacional sob uma perspectiva de cooperação. Nesse sentido, as normas internacionais institucionalizadas facilitam a relação entre os países e criam uma sociedade de Estados com valores comuns e interesses compartilhados3. É dentro desse contexto que as mudanças climáticas, por possuírem impactos globais, representam pautas de interesse comum à sociedade internacional.

Nesse cenário, novos desafios emergem e os problemas gerados pelas mudanças climáticas precisam ser analisados à luz das ciências sociais, em especial pelas RI, visto que pensar nas possíveis soluções levanta questões importantes: quem é responsável por essa crise? Quais atores devem ser considerados na busca por soluções? Como garantir um desenvolvimento econômico sustentável? Questões como essas se tornaram centrais nas discussões ambientais e, no caso da Amazônia brasileira, evidenciam a necessidade de estudiosos dedicados ao tema: os Internacionalistas.

Nesse contexto, novas abordagens são essenciais para uma compreensão de mundo plural e democrático. Correntes como as feministas, pós/decoloniais, críticas e a Teoria Verde, se apresentam como uma alternativa para repensar os problemas e os desafios dos novos tempos de uma forma que o mainstream teórico das RI não faz. É o caso da Teoria Verde nas RI que surge para tornar imperativa a integração das questões ambientais às análises políticas dos Estados. Um de seus princípios mais relevantes é a defesa da integração entre o Estado e as comunidades locais, ao mostrar sua importância na participação nas tomadas de decisões que afetam suas localidades.

Desde a perspectiva da Teoria Verde se amplia o entendimento da sociedade civil sobre o papel e as ações do Brasil no cenário internacional, e deixa claro seu compromisso com a sustentabilidade e justiça ecológica<sup>6</sup>. Nesse sentido, o Brasil, como Estado e sociedade civil organizada, pode liderar os assuntos de natureza ambiental com seus posicionamentos a influenciar a agenda ambiental internacional. Assim, a COP 30, pre-

vista para ocorrer em Belém do Pará, em 2025, traz a expectativa de que as manifestações por agentes não estatais sejam mais significativas. Por isso importa saber como indivíduos, grupos locais e organizações da sociedade civil organizada podem participar da COP 30.



No âmbito institucional, as ONGs podem atuar como observadores nas COPs. Para isso, segue-se um processo estabelecido pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Mesmo que não tenham a chance de atuar diretamente nas negociações, as ONGs e a sociedade civil podem influenciar a opinião pública sobre demandas e decisões por meio de sua organização e seus posicionamentos<sup>7</sup>. Através de documentos como o Plano Clima, conduzido desde o final de 2023 pelo Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), é possível uma ativa participação de membros civis. As contribuições enviadas pela plataforma Brasil Participativo serão consideradas

na construção da iniciativa, que guiará a política climática brasileira até 2035 e apresentará ações para prevenir e lidar com os impactos climáticos. Para participar da segunda fase da elaboração do Plano.

Ainda segundo o Prof. Tiago Martins, a biopirataria não se limita à exploração de elementos vivos, mas se estende a qualquer recurso natural com potencial valor comercial. Nesse sentido, muitas empresas optam por financiar práticas ilegais de acesso e exploração desses recursos, devido ao menor custo envolvido em comparação com métodos legais.

Em consonância com esta realidade, a soberania econômica brasileira só estará resguardada quando as práticas forem coerentes com a legislação pátria.

## REFERÊNCIAS

Disponível em:  
<https://www.uepa.br/pt-br/content/uepa-lanca-cursos-de-relacoes-internacionais-e-comercio-exterior>. Acesso em: 02 out 2024.

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia et al. **Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate**, 2004.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica**. Brasília: EdUnB, 2002.

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia. **O Brasil na governança das grandes questões ambientais contemporâneas**. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 25 set. 2024.

BUENO, Guilherme. **Teoria Verde nas Relações Internacionais: do antropoceno ao ecocentrismo**. Campinas: ESRI, 2024. Disponível em: <https://esri.net.br/teoria-verde-nas-relacoes-internacionais/#>. Acesso em: 02 out.2024.

SANT'ANNA, Fernanda; MOREIRA, Helena. **Ecologia Política e relações internacionais: os desafios da Ecopolítica crítica internacional**. Revista Brasileira de ciência Política, Brasília, n° 20, p. 205-248, 2016.

VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matías. (2018). **Climate Governance in the Developing World**. Cambridge University Press.

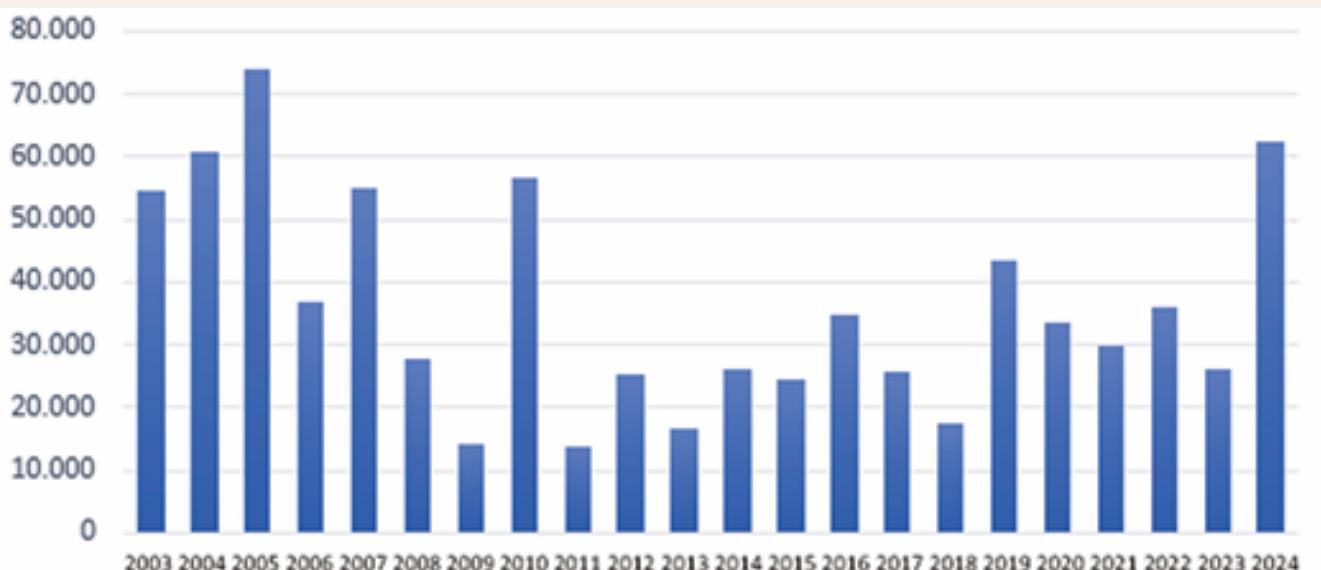
**BRASIL. Marina Silva destaca participação social na 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente.** Ministério do Meio Ambiente, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/V6hzr>. Acesso em: 25 set. 2024.

Ana Beatriz Melo Pinheiro  
 Ana Paula Praxedes de Rezende  
 Karla Cunha Botelho da Silva

O Brasil e a região Amazônica vêm sendo castigados pelos focos de incêndio crescentes e cada vez mais duradouros, cobrindo os céus de cinzas, devastando plantações e áreas de preservação federal. Por seu turno, o IBAMA, o mais importante órgão de proteção ambiental, passa por uma longa greve que exige maiores recursos para instituição. Assim, é válido

questionar: é possível combater a crise ambiental com uma política de austeridade?

Para responder esse questionamento importa analisar os dados mais recentes a respeito da degradação ambiental. Somente na Amazônia, os incêndios já marcaram aumento de 120% em relação ao mesmo período em 2023; 38% acima da média dos 10 anos anteriores (2014 a 2023), de acordo com os dados fornecidos pelo INPE. Além disso, a área afetada já é de 62.268 km<sup>2</sup>, o maior índice em quase duas décadas (INPE, 2024)<sup>1</sup>, como pode ser visto no Gráfico 1:



A partir do gráfico é possível inferir que, apesar dos aumentos em alguns anos da primeira década de 2000, a ocorrência das queimadas na região amazônica estava sendo combatida. Isso é confirmado pelo controle dos focos de incêndios du-

rante o período de 2011 a 2015. A partir de 2016, no governo de Michel Temer, houve um aumento nas ocorrências de incêndio na Amazônia, com agravamento a partir de 2019, durante o governo Bolsonaro.

O cenário de aumento das queimadas, O cenário de aumento das queimadas, como percebido no Gráfico 1, coincide com o período de vigência da Emenda Constitucional 95/2016, que limita por 20 anos os gastos públicos (Agência Câmara de Notícias, 2016)2, popularmente conhecido como “Teto de Gastos”. Uma política de austeridade como a implementada desde 2016, é um fator que contribui para o aumento dos danos ambientais (Dweck; Oliveira; Rossi, 2018; Costa, 2021)3 ao gerar, por exemplo, o desinvestimento contínuo em programas de combate às mudanças climáticas.

Com a eleição do presidente Lula da Silva e o retorno de Marina Silva para o Ministério do Meio Ambiente, acreditava-se que haveria um combate à austeridade, porém, o que tem ocorrido, é a manutenção de uma política fiscal restritiva. Questiona-se, portanto, se há uma diferença substancial entre o governo atual e os anteriores na gestão da crise climática, pois há um aumento expressivo do número de queimadas, além do adiamento do investimento em órgãos como o IBAMA (Carta Capital, 2024)4. Os dados e fatos ocorridos podem dar uma resposta amarga ao governo atual.

Logo, esta política que hoje impera sobre a institucionalidade brasileira “compromete o futuro das próximas gerações, aumenta a desigualdade social e destitui direitos dos cidadãos [...] e colabora para a degradação do meio ambiente” (Dweck; Oliveira; Rossi, 2018, p.7). Sendo assim, uma política ambiental eficiente de combate às queimadas atuais, necessariamente, deverá fazer com que os investimentos públicos não estejam amarrados e sim destinados à garantia da transição ecológica da dinâmica social brasileira.

## REFERÊNCIAS

INPE. Disponível em: < <https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/queimadas/aq1km/> >. Acesso em: 24 de setembro de 2024.

**AGÊNCIA. Câmara de Notícias, Promulgada emenda constitucional do teto dos gastos públicos.** Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/noticias/505250/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-dos-gastos-publicos/> >. Acesso em: 06/10/2024.

**DWECK; OLIVEIRA; ROSSI. Austeridade e Retrocesso: Impactos da Política Fiscal no Brasil.** São Paulo, 2018.

**COSTA, Tienay Picanco. A Governança da Mercantilização da Natureza na Amazônia: Uma análise a partir do Programa Municípios Verdes (PMV/PA) e da Racionalidade Neoliberal.** UFPA: Belém, 2021.

**CARTA Capital. Após um mês e meio de greve, servidores do Ibama sinalizam aceite de proposta salarial.**

CartaCapital, 2024. Disponível em: . em: 06/10/2024.

# EDITO RIAL

## BOLETIM INFORMATIVO DO OCA

### **SUPERVISÃO GERAL**

PROF. DRA. MAYANE BENTO

### **COORDENAÇÃO**

PROF. DR. MURILO MESQUITA

### **MONITORIA E SUPORTE DISCENTE:**

Sebastião de Assis da Silva Neto

### **ANÁLISE INTERNACIONAL**

#### COORDENAÇÃO DA EQUIPE:

LÍVIA GRAZIELA CASTRO LOBATO

#### COORDENAÇÃO DA EQUIPE:

MURILO LOPES FONSECA

LAVÍNIA ALANA ALVES MELO

LAVÍNIA DE SOUZA MOURA FERREIRA

MARIA CLARA DA SILVA CORREA

RAFAEL DOS SANTOS FRANCISCO

ELIANA SÃO PEDRO

NAIUARA RITTER SIMÕES

RAFAELA FREITAS NOVAES

SARA SAORI CORREA MUTO

### **ANÁLISE GLOCAL**

#### COORDENAÇÃO DA EQUIPE:

VITÓRIA GABRYELLY DE SOUSA ALMEIDA

BEATRIZ MOREIRA DE OLIVEIRA

KAYNAN MACKAYAT COSTA CARVALHO

LETÍCIA DE BRITO ALVES

LUIZ GABRIEL FIGUEIREDO DA CUNHA

### **ANÁLISE PROVOCÀ**

#### ANÁLISE PROVOCÀ COORDENAÇÃO DA EQUIPE:

KARLA CUNHA BOTELHO DA SILVA

ANA PAULA PRAXEDES DE REZENDE

ANA BEATRIZ MELO PINHEIRO

### **DESIGN E DIAGRAMAÇÃO**

STEPHAN SAMPAIO

CAIRA QUEIROZ